

UM PROTÓTIPO DE GRAMÁTICA GERATIVA PORTUGUESA: A GRAMÁTICA DE SOARES BARBOSA

Edward LOPES *

RESUMO: Este trabalho estuda os aspectos doutrinários da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, de Jerônimo Soares Barbosa, elaborada com base na doutrina da Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal, para mostrar que ela é o protótipo iluminista de uma gramática gerativa da língua portuguesa. Essa gramática é a expressão das idéias iluministas no domínio da ciência da linguagem. Insere-se assim no embate ideológico que se travava, nessa época, entre as idéias absolutistas e a filosofia das Luzes. Essas posições manifestam-se, no nível dos estudos lingüísticos, pela gramática normativa, que estabelece um saber fazer, e pela gramática filosófica, que constrói um fazer saber.

UNITERMOS: Gramática filosófica; determinação histórica das idéias científicas.

Com a *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* Jerônimo Soares Barbosa revela-se um dos grandes gramáticos europeus do início do século XIX, em um tempo em que a noção de *gramática* identificava-se com a de *literatura*¹ e esta compreendia, por sua vez, um saber em compreensão, a abranger, por volta de 1800, no currículo da instituição pedagógica mais avançada da época, a *École Normale* de Paris, um conhecimento quase universal das *humaniorum litterarum*, “as letras humanas”:

“*La littérature* — diz Joseph Lakanal em uma memória que redigiu sobre a fundação daqueles organismos, *Rapport sur l'établissement des Ecoles Normales* — *comprend tout ce que les anciens attribuaient au grammairien, au rhéteur, au philosophe, et n'exclut que les sciences physiques, les sciences exactes et les arts et métiers; elle peut se diviser en six parties principales:*

* Departamento de Literatura — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

1. *La grammaire raisonnée, ou la métaphysique des langues, qui apprend à saisir les rapports essentiels entre les opérations de l'entendement et les différents modes d'expression;*

2. *La poésie (...) qui embrasse (...) (la) fiction, l'épopée, la tragédie, et la comédie, le mélodrame, les vers lyriques, la fable, le conte, la satire, l'épître, etc.;*

3. *L'art oratoire (...);*

4. *La philosophie (...);*

5. *L'histoire (...);*

6. *La critique (...).*" (Désirat e Hordé, 1975, 34-35).

O livro de SB é uma obra desse tipo, uma *grammaire raisonnée*, "filosófica" ou "razoada", como traduz ele, *argumentativa*, diríamos hoje — uma produção bastante original, desse ponto de vista, naquele meio que só conhecera até então, a título de gramáticas, uns "*systemas meramente analogicos, fundidos todos pela mesma fôrma das grammaticas latinas*" (Barbosa, 1, p. XIII). De fato, as gramáticas latinas eram o molde pelo qual haviam sido talhadas todas as gramáticas portuguesas, desde a primeira, de Fernão de Oliveira (1536), até aqueles *Rudimentos de Grammatica Portugueza*, publicados em 1799, que SB via como

"mais um systema analogico de regras e exemplos (...) que (...) desamparando os principios luminosos da grammatica geral e razoada, multiplica em demazia as regras que poderia abbreviar mais reduzindo-as a idéas mais simples e geraes" (id., op. cit., loc. cit.).

Assim sendo, a gramática de SB deve ter caído como uma bomba naquele meio acostumado a conviver com a caturrice intransigente da velha gramática normativa, e com o dogmatismo sentencioso da gramática expositiva, que não era mais do que uma versão envergonhada daquela. É diante de tais obras e *contra* elas na medida em que corporificam o projeto de um ensino prático e rudimentar, dedicado a transformar os alunos em autômatos aplicadores de regras inquestionáveis, que SB vai realizar, com seu livro, o desmistificador projeto de uma gramática filosófica, argumentativa. A ambas ele dedicou algumas linhas na *Introdução* do seu trabalho:

"Aquella — a gramática que ele chama de prática e rudimentária — não sobe acima d'estas observações e regras practicas que a combinação dos usos da lingua facilmente subministra a qualquer, para d'ella formar estes systemas analogicos a que de ordinario se reduzem quasi todas as artes vulgares de grammatica. Porém se o espírito se adianta a indagar e descobrir, nas leis

physicas do som e do movimento dos corpos organicos, o mecanismo da formação da linguagem, e nas leis psychologicas as primeiras causas e razões dos procedimentos uniformes que todas as linguas seguem na analyse e enun-ciação do pensamento, então o systema que d'aqui resulta, não é já uma Grammatica puramente pratica, mas scientifica e philosophica.” (Id., op. cit., p. XI).

O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA GP

Mas, por original que seja, em termos portugueses, a gramática filosófica, ela não constitui, porém, um fato isolado, a desafiar explicações. Ao contrário, seu aparecimento, nos primórdios do século passado, demonstra no seu autor um homem profundamente afinado com as lutas em prol da renovação cultural da sua época, já que sua novidade não se esgota a nível da realização de mais um projeto lingüístico, senão que se estende muito além disso.

De fato, quem quiser compreender o seu escopo terá de reinscrever a obra de SB, bem como as demais, contemporâneas, de seus opositores, no interior de um *projeto pedagógico* de espectro muito mais amplo, do qual a gramática filo-sófica retira a sua significação histórica. Pois é por intermédio dela que vai ser levada a cabo, no domínio dos estudos lingüísticos, a verdadeira ruptura episte-mológica que caracteriza Portugal naqueles anos em que o país passa da monitoria de uma pedagogia obscurantista, totalitária e dogmática, para o magistério de uma pedagogia das Luzes, lógica e arrazoada, cujo espírito, aberto ao embate das argumentações e contra-argumentações, melhor se evidencia naquele momento do livro em que, após recordar que a língua é patrimônio por igual dos letrados e dos analfabetos, convindo, por isso, que possa ser escrita por uns e outros, SB propõe a adoção, em pé de igualdade, de duas ortografias, a *etimológica* e a *fonética* (ou, como ele diz, *da pronúnciação*), aquela, que “*admite lettras que presentemente não tem outro préstimo senão para mostrar a origem das palavras*” (*id.*, p. 41), reservada ao uso dos letrados, e esta, da pronúnciação, que “*não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor, mas somente os que correspondem aos sons vivos da Lingua*” (*id.*, loc. cit.), destinada ao uso dos iletrados, que ignoram a história das palavras; é então que SB pronuncia aquelas palavras assombrosas, na boca de um gramático:

“Eu, para satisfazer a todos, porei primeiro as regras communs a todas as orthographias e depois as proprias a cada uma dellas. Quem quizer poderá escolher.” (id., ibid., loc. cit.)

Um gramático desejoso de satisfazer a todos! Um gramático que expõe o que pensa, sem impô-lo a ninguém, antes deixando a cargo do leitor escolher

o sistema de escrita que melhor lhe parecer! Francamente, estamos nas antípodas daquela mentalidade estreita que elaborara o esquema invariante das gramáticas normativas, atribuindo-lhes a tarefa não de construir um sistema formal de descrição dos fatos da língua, mas sim de construir um sistema de regras monolíticas, algo menos para ser compreendido do que para ser utilizado, pautado no espírito de obediência às injunções emanadas da autoridade, no sentimento da qual a língua, como tudo o mais no domínio das práticas sociais, não passaria de um domínio a mais de dentro do qual extirpar os questionamentos das ideologias alternativas — gente que queria uma língua, enfim, totalitária, onde tudo o que não fosse expressamente ordenado estaria, *ipso facto*, proibido. Essa era a gramática que, inspirada na ideologia da dominação jesuítica, ensinava-se na escola de Portugal daqueles dias.

Por isso, o requisito da inserção do projeto gramatical de SB no espaço dos projetos pedagógicos da época deve ser complementado, a seguir, por meio da reinserção desses dois programas educacionais no quadro mais amplo dos projetos políticos e ideológicos que em Portugal se digladiavam, então; pois não se trata aqui tão-só de uma disputa preciosa entre pedantes; trata-se, antes, de uma luta política, um conflito entre ideologias mutuamente excludentes, realizado localmente sob a forma de um embate entre pedagogias contrapostas.

Aquelas duas gramáticas, a normativa e a filosófica, contrastam, de fato, entre si, como expressões concretas de duas práticas educativas inspiradas em ideologias contrárias, uma das quais, a jesuítica, baseada na Escolástica, vê na educação uma *prática de domesticação* do educando, ao passo que a outra, a pedagogia racional do Iluminismo, vê nela o exercício de uma *prática de libertação*. Um capítulo a mais da luta, sempre atual, entre o discurso dogmático, que não pode nunca ser científico porque o dogma é, caracteristicamente, o tipo do discurso que, assim que começa, acaba (ele se enuncia, já disse tudo, não há nada mais que enunciar), e o discurso científico que, ao contrário, quando acaba está apenas começando (a ciência é um discurso sem fim, que se quer incessantemente questionado e, por isso, está sempre começando). Nem é por outro motivo que, não podendo dizer-se como um discurso científico, o discurso dogmático da gramática normativa produz unicamente um conhecimento tecnológico, *um saber fazer*: abominando sobre todas as coisas o questionador, seu modelo de aluno, seu discípulo predileto, é o *aplicador*: não há que compreender as regras, há que aplicá-las.

Reinserido assim, no seu contexto de ocorrência, a cultura portuguesa da virada do século XVIII para o XIX, o papel inovador da gramática filosófica fica compreendido como um instrumento da mudança histórica de um país que vive, ainda, sob o ponto de vista político, o apogeu do absolutismo e, do ponto de vista filosófico, não ultrapassou a fase do culto à Razão irradiado pelo Iluminismo: uma época marcada pelas disputas entre as anacrônicas instituições filo-

sóficas da Escolástica jesuítica e os novos tempos que se prenunciam nas Luzes da filosofia racional do Iluminismo. É então que, recortada pelo modelo da *Grammaire générale et raisonnée* de Port Royal (2), opondo-se à gramática normativa de inspiração jesuítica que nunca passou de uma (má) tecnologia, produtora de *um saber fazer*, a gramática filosófica de SB aparece, ao exprimir-se argumentativamente, como uma verdadeira *teoria* lingüística, produtora de *um fazer saber*. E a esse título é de justiça arrolá-la entre as poucas mas brilhantes realizações intelectuais que, capitaneadas desde 1746 pelo *Verdadeiro Método de Estudar* de L. A. Verney, vão derrubar a afirmação dogmática daquele “espírito de sistema” dos jesuítas que exigia o atrelamento automático do espírito aos preconceitos da Escolástica medieval para, em lugar disso, instalar a inteira problemática cultural de Portugal nos quadros da explicabilidade científica, analítica e racional.

Emergindo em tal meio, não espanta que a obra de SB apresentasse tantos pontos em comum com o livrinho incendiário de Verney: de fato, este último principiava, na *Carta I*, exatamente por onde SB concluiria, mais tarde, a *Introdução* do seu: postulando a necessidade de se acostumar o aluno primeiro com a análise gramatical de sua própria língua materna para só depois iniciá-lo na análise da língua latina, o que importava na inversão da metodologia jesuítica (3). De modo análogo, na mesma *Carta I*, Verney preconiza a adoção de uma escrita fonética — a mesma que ele, dando o exemplo, adota na redação do *Verdadeiro Método* —, fazendo-o em termos muito semelhantes aos que serão empregados, depois, por SB, ao propor na sua gramática a utilização de uma “ortografia da pronúncia”.

UMA “METAFÍSICA LINGÜÍSTICA” E UM EMBRIÃO DA IDEOLOGIA

Na origem destes e de outros posicionamentos comuns à gramática de SB e ao *Verdadeiro Método* de Verney está a mesma concepção de Port Royal, da existência de uma *gramática geral* na qual os Iluministas situavam a base da identidade profunda de todos os sistemas lingüísticos, um lugar onde, por conseguinte, seriam enunciados os princípios e fundamentos comuns de todas as línguas naturais do globo. Nela, Port Royal assentará o postulado racionalista da homogeneidade essencial e universal do saber: o pensamento amorfo organiza-se em *logos* articulado pela imposição a ele da *grille* das línguas naturais. Assim, quando recortado pelo método analítico (= *raisonnée*), o pensamento deixa-se decompor em idéias elementares. Os procedimentos operatórios do método analítico prestavam-se, portanto, no julgamento dos adeptos da *grammaire raisonnée*, tanto à investigação dos fenômenos lingüísticos quanto à análise dos fenômenos do entendimento:

“cette analyse (...) peut porter la même simplicité de langage, la même clarté dans tous les genres d'idées; car, dans tous les genres, la formation de nos idées est la même, les objets seuls diffèrent” (Désirat & Hordé, 3, p. 33)

pontificava o já citado Lakanal. Este estudioso mesmo, Lakanal, depois de insistir que tal método seria aplicável a todos os gêneros de conhecimento (id., op. cit., p. 36), insinuando que a análise gramatical se substituía à análise “lógica”, definiu, como vimos, do seguinte modo a gramática filosófica:

“1. La grammaire raisonnée, ou la métaphysique des langues, qui apprend à saisir les rapports essentiels entre les opérations de l'entendement et les différents modes d'expressions” (id., op. cit., p. 34).

A idéia da gramática como uma *metafísica das línguas naturais* gozou de muito prestígio durante aqueles anos; em contexto muito semelhante, e pela mesma época, lembrará F. Schlegel, em 1812, que

“a menudo se ha dicho que la gramática es la lógica puesta en práctica; es más aún: un análisis profundo, una sutil metafísica del pensamiento” (Chomsky, 2, p. 72).

E, por sua vez, ao deslindar as relações entre a gramática prática e a filosófica, depois de particularizar que a primeira se resume a formar “systemas analógicos”, SB descarta a denominação mas se atém à definição da metafísica (a ciência “das primeiras causas” de então), assimilando-a, como era moda, com uma teoria do conhecimento que, mais do que uma epistemologia, é, enquanto “analyse de l'entendement”, encarregada de intermediar e interpretar o relacionamento entre os diferentes ramos do conhecimento, o embrião daquilo que, passando o tempo, Destutt de Tracy virá a chamar de *ideologia*:

“Porém se o espirito se adianta a indagar e descobrir nas leis físicas do som e do movimento dos corpos orgânicos, o mecanismo da formação da linguagem, e nas leis psicológicas *as primeiras causas e razões* dos procedimentos uniformes que todas as línguas seguem na análise e enunciação do pensamento, então o systema que daqui resulta não é já uma Grammatica puramente prática (= normativa), mas científica e philosophica.” * (Barbosa, 1, p. XI.)

* Grifos nossos.

O PROTÓTIPO ILUMINISTA DA GRAMÁTICA GERATIVA PORTUGUESA

Ainda em 1867 um filósofo da envergadura de J. Stuart Mill associa essa gramática geral com a “análise do processo mental”, convicto que está de que

“los principios y las reglas de la gramática son los medios por cuya acción se hace que las formas del lenguaje se correspondan con las formas universales del pensamiento” (Chomsky, 2, p. 72-73, nota 59).

Essa gramática geral funciona, no pensamento iluminista e no de SB, é claro, como o primeiro nível de toda e qualquer gramática particular das línguas naturais, que sobre ela se assentariam:

“Toda a Grammatica é um systema methodico de regras, que resultam das observações feitas sobre os usos e factos das línguas. Se estas regras e observações tem por objecto tão sómente os usos e factos de uma lingua particular, a grammatica será também *particular*. Se ellas porém abrangem os usos e factos de todos ou da maior parte dos idiomas conhecidos, a sua Grammatica será *geral*. Uma e outra pode ser, ou somente *pratica e rudimentaria* ou *philosophica e razoada*. (. . .)

Toda a grammatica particular e rudimentaria, para ser verdadeira e exacta nas suas definições, simples nas suas regras, certa nas suas analogias, curta nas suas anomalias, e assim facil para ser entendida e comprehendida dos principiantes, deve ter por fundamento a grammatica geral e razoada.” (Barbosa, 1, p. XI.)

O que vemos afirmar-se aqui com toda a clareza é uma gramática de níveis, recortada sobre o modelo da *Grammaire générale et raisonnée* de Port Royal. Fiel a seu modelo, SB constrói, com a sua Gramática *philosophica* o protótipo iluminista de uma *gramática gerativa portuguesa* — um protótipo fundado no projeto da Ilustração de extrair uma concepção geral do entendimento de uma concepção geralista da linguagem. Esse é o contexto epistemológico em que SB assenta a sua convicção de que a linguagem seja, enquanto sistema semiótico, como o exprimiríamos hoje, o instrumento encarregado de mediar as trocas simbólicas e cognitivas entre o espaço exterior do mundo e o espaço interior da mente humana. Nas pegadas de Lancelot e Arnauld, seguindo mais de perto, ainda, a Beauzée, os grandes nomes da *Grammaire générale*, nosso autor esclarecerá que a linguagem é uma espécie de “painel” (tradução sua para o francês *tableau*) que “imita” o pensamento. É certo, pois, que, como advertem Ducrot e Todorov, quando os gramáticos de Port Royal dizem que “a língua tem por função a *representação*

do pensamento, esse termo deve ser tomado no seu sentido mais forte” (Ducrot & Todorov, 4, p. 15), a saber, de encenação imagética, pintura, quadro ou painel.

Por isso, uma distinção capital na obra de SB aparece primeiramente formulada em termos de uma dicotomia entre os aspectos mecânico e material e os aspectos lógico e espiritual (= mental) das línguas:

“O primeiro cuidado (...) do primeiro grammatico (...) caiu sobre aquillo só que os vocabulos tem de mechanico e material, quer sejam os sons articulados de que se compõe a *falla*, quer os signaes litteraes que escolheu para na *escriptura* exprimir e significar os mesmos sons. Aquillo que os mesmos sons articulados e os vocabulos tem de logico e espiritual, como signaes que são das nossas ideas e pensamentos, foi a ultima coisa em que cuidou.” (Barbosa, 1, p. VII.)

Era assim que SB via as duas modalidades de estruturas que denominaríamos, hoje, numa metalinguagem chomskyana, de (a) a organização superficial das unidades relacionadas com a forma física, *mechanica e material*, da expressão, determinando, de um lado, quando a modalidade de expressão fosse a fala, a *interpretação fonética*, e, de outro lado quando a modalidade de expressão fosse a escrita, a *interpretação gráfica*; e (b) a estrutura abstrata, lógica e mental, que determina a *interpretação semântica* do plano de expressão, “como signaes que são das nossas ideas e pensamentos”, no dizer do autor da gramática filosófica. O que se tem aqui, sempre em termos chomskyanos, é a mais clara distinção entre uma estrutura semântica, de estatuto lógico, abstrata e de nível profundo, e uma estrutura fonética, de estatuto substancial, material e de nível de superfície, dotadas, ambas, da função interpretativa para o enunciado discursivo:

“A Grammatica, pois — continua Soares Barbosa — que não é outra coisa, segundo temos visto, senão *a arte que ensina a pronunciar, escrever e fallar correctamente qualquer lingua*, tem naturalmente duas partes principaes: uma *mechanica*, que considera as palavras como meros vocabulos e sons articulados, já pronunciados, já escriptos e como taes sujeitos às leis physicas dos corpos sonoros e do movimento; outra *lógica*, que considera as palavras não já como vocabulos, mas como signaes artificiaes das ideas e suas relações, e como taes sujeitos às leis psychologicas que nossa alma segue no exercicio das suas operações e formação de seus pensamentos: as quaes leis, sendo as mesmas em todos os homens de qualquer nação que sejam ou fossem, devem necessariamente comunicar às linguas, pelas quaes se desenvolvem e exprimem estas operações, os mesmos principios e regras geraes que as dirigem. À parte *mechanica* das linguas e sua *grammatica* pertencem a *Orthoepia* e a *Orthographia*, e à parte logica pertencem a *Etymologia* e a *Syntaxe*.” (4) (Barbosa, 1, p. XI.)

OS NÍVEIS DA GP

A gramática de SB distingue os seguintes níveis:

1) *o nível profundo, das estruturas universais, em que se aloja a gramática geral*, que contém as *idéias* (= classes de noções gerais do entendimento), e as *combinações*, produzidas pelas duas operações do entendimento, *conceber* e *julgar*, o conjunto disso tudo formando o “systema lógico” da Gramática Geral sobre a qual se erige o “systema etymológico” (i.é, a taxionomia e a sintaxe) das línguas particulares:

“o systema etymologico de qualquer Língua está necessariamente fundado sobre o systema logico das idéas, o qual é o mesmo, fundamental, em todos os homens de qualquer idade e paiz (...) todos pensam pelo mesmo modo, porque não podem pensar sem ter idéas e sem as combinar. (...) Conceber e julgar são duas operações do entendimento communs a todos os povos, ainda que selvagens. Sobre estes principios da Grammatica Geral passamos a estabelecer o systema etymológico (...)” (id., op. cit., p. 69).

Nesse nível da gramática geral situa SB o *componente semântico* — que, nesse tipo racionalista de gramática, não se distingue o *componente lógico* da instância fundamental; como diz a última citação, “o systema logico das idéas (...) é o mesmo, fundamental, em todos os homens”.

Essa gramática geral consta, basicamente, de um componente lógico, que funciona por meio de operações: numa primeira operação, do entendimento, produziria *idéias*, concebendo (operação: *conceber*) classes de noções gerais como seu objeto de conhecimento; e, numa segunda operação (= *julgar*), combinando idéias, ela produziria *juízos* (ou *raciocínios*). As idéias e as combinações são representadas no ato de fala por meio das *palavras discursivas* ou *analíticas*; reconhecem-se, assim, dois tipos de palavras:

- *palavras nominativas*, que exprimem *idéias*, e se dividem em Substantivo e Adjetivo; e
- *palavras combinatórias*, que exprimem relações, e se dividem em Verbo, Preposição e Conjunção.

Para SB as palavras nominativas exprimem o que hoje chamaríamos de *semantemas* da forma:

- o *Substantivo*, operando a representação da idéia de algo que subsiste por si mesmo (hoje diríamos os *atores* e/ou *actantes*), exprime no discurso o Sujeito da proposição;

o *Adjetivo*, representando a idéia de qualidade ou propriedade que não pode subsistir por si mesma, existindo apenas em um ator-Sujeito, é a palavra que exprime o *Atributo* da proposição.

Tomando duas idéias (a de um Sujeito e a de um Atributo) e comparando-as entre si por meio de uma combinação que indique a *relação de coexistência*, conveniência e identidade entre elas (coisa que é feita por meio do Verbo *ser*, ou algum outro parassinonímico como o impessoal *haver* ou o auxiliar *estar*, sempre todos no sentido de “*existir*”), construímos um *juízo* ou um *raciocínio*. A expressão lingüística do juízo é a *proposição*.

Definindo a proposição como a representação lingüística resultante da enunciação de um juízo a que previamente concebeu como afirmação da coexistência, conveniência e identidade entre as duas idéias contidas no sujeito e no atributo, SB chega à concepção de *uma proposição atributiva*, espécie de enunciado canônico ou *kernel sentence*, da forma

Prop. Atribut. = Subst + V + Adj

a que se pode reduzir mesmo a proposição que se manifeste como predicativa (5):

“Toda a oração tem necessariamente tres *termos*, um que exprime a pessoa ou coisa da qual se diz e enuncia alguma coisa; outra que exprime a coisa que se enuncia; e o terceiro que exprime a identidade e coexistência de uma coisa com outra. O primeiro termo chama-se *sujeito*, o segundo *atributo*, e o terceiro *verbo*. Toda oração, pois, é composta de um sujeito, de um atributo e de um verbo, os quaes se exprimem ou com tres palavras, *eu sou amante*; ou com duas equivalentes às tres, *sou amante*, ou com uma só que concentra em si as tres, como: *amo*.” (Barbosa, 1, p. 255.)

Sobre o nível profundo, da gramática geral, ergue-se, pois,

2) *um nível de mediação, o das estruturas sintáticas, em que se aloja o “systema etymologico” de SB, no qual distinguiremos, como nomenclatura atualizada, dois subcomponentes, o taxionômico (ou “morfológico”) e o operacional (ou “sintático propriamente dito) (equivalentes, respectivamente, ao “etymologico” e ao “sintactico” na gramática filosófica):*

2.1) *um subcomponente taxionômico, produzido pela análise que a língua opera sobre o pensamento, segmentando-o nas suas partes componentes, as idéias que se manifestam lingüisticamente como palavras discursivas, classes de noções gerais.*

SB concede às *palavras* um estatuto paradigmático, na medida em que supõe que todo o conjunto das *idéias* a representar no discurso esteja primeiramente estocado na competência de cada falante sob a forma de *palavras atuais*, quer dizer, em vigência na língua, e à espera da sua *combinação* para formar o *juízo* cuja representação lingüística é dada pela *proposição*. O que hoje chamaríamos de *debreagem enunciativa* que, ativada pela *performance* do falante produz o discurso enunciado, é operada, supõe SB, pelo falante ao enunciar o verbo: a afirmação de que o entendimento percebe as relações de coexistência, conveniência e identidade entre as duas idéias que se combinam na proposição, a do Sujeito e a do Atributo, relações essas que se exprimem articuladas com as categorias da pessoa, do número, do modo, do tempo e do aspecto, é efetuada pelo verbo. O verbo fica definido, assim, na gramática filosófica, como o elemento lingüístico que *dá existência simultânea* às duas idéias que se comparam no juízo e se exprimem sintacticamente no discurso por meio do sujeito e do atributo da proposição: desse modo é ele, o verbo de existência *ser*, o elemento operador da *mise-en-discours* do juízo, a sua discursivização (6).

Ao combinar entre si as palavras constitutivas do subcomponente taxionômico, o verbo opera a sua dinamização, o que produz

2.2) o *subcomponente operacional* do enunciado — aquele que efetuará a representação do pensamento sob a forma de uma proposição, em cada ato de enunciação concretamente realizado como operação de combinar e coordenar entre si as palavras estocadas em competência, a nível do subcomponente taxionômico. Ou, nas palavras de SB:

“é sem dúvida que os homens se ocupariam em considerar primeiro as palavras, que são signaes assim das idéas que fazem o objecto dos nossos pensamentos, como das relações que as mesmas possam ter consigo e com outras, do que em considerar estas mesmas palavras combinadas e coordenadas entre si em ordem a exprimirem o pensamento. Pois que primeiro é conceber e exprimir as ideas do que compara-las. Os primeiros grammaticos pois, reflectindo sobre a semelhança e dissemelhança das funções que as palavras exercitam na enunciação de qualquer pensamento, advertiram que umas tinham as mesmas, e outras não. Estas diferenças os conduziram a reduzir a certas classes todas as palavras da sua Lingua; e a esta parte da Grammatica, que trata das partes elementares do discurso e de suas propriedades e analogias, deram o nome de Etymologia.” (Barbosa, 1, p. IX-X.)

E, numa clara menção ao momento da *performance*, que ele designa como *uso*, e a que comete a incumbência de efetuar as *combinações* das idéias estocadas nas palavras constitutivas da competência:

“Esta analyse do discurso dependia de muitas observações (...) para dellas se formarem noções geraes, que reduzissem a certas classes as partes elementares da oração segundo as suas significações e analogias, e bem assim as várias combinações que o uso fazia das mesmas, para exprimir todas as operações do entendimento, e tecer de tudo isto (= o subcomponente taxionômico, classificatório, e o subcomponente operacional) um systema seguido (= coerente) de Grammatica.” (Id., op. cit., p. IX.)

De forma ainda mais clara:

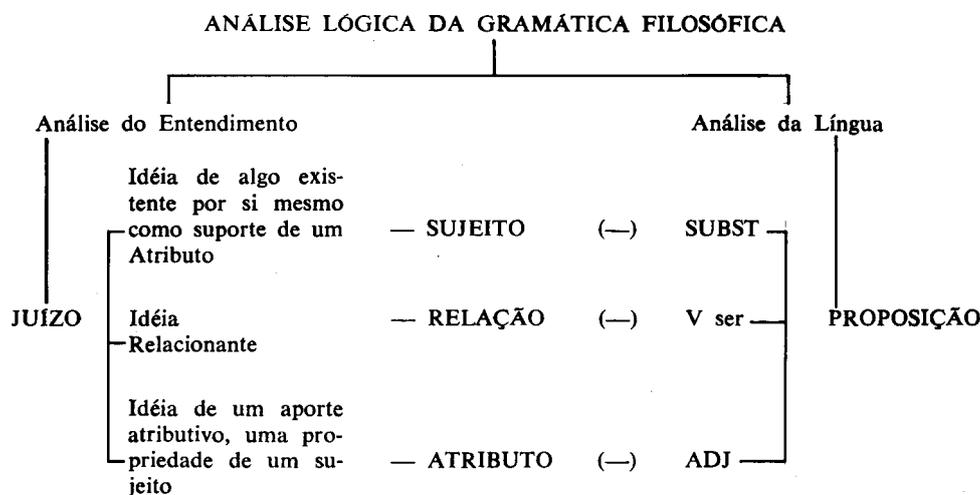
“Na Etymologia, pois, não consideram os grammaticos as palavras senão em si mesmas, attendendo às suas funções e natureza. Passando porém depois a olhal-as unidas em discurso para formarem os differentes painéis (= representações) do pensamento, observaram que segundo as differentes relações que as idéas tinham entre si (...) assim as palavras para representarem estas relações mutuas, tomavam ou differentes formas e terminações, ou differentes preposições, pelas quaes ou concordavam entre si, ou regiam umas a outras; e a esta ordem das partes da oração, segundo sua correspondencia ou sua subordinação, deram os grammaticos o nome de *Syntaxe*, que quer dizer *coordenação* de partes.” (Id., op. cit., p. X.)

E, finalmente, o último dos estratos,

3) *o nível de manifestação, das estruturas fonéticas particulares*, encarregadas de efetuar a representação exterior, “mechanica” das palavras sob a forma de *vocábulos*, parte física e material das línguas que, a partir de Hjelmslev, a lingüística estrutural passou a designar como *substância de expressão*.

GP: UM SISTEMA DE ANÁLISE LÓGICA

Seguindo em tudo e por tudo o seu modelo da *Grammaire générale et raisonnée* de Port Royal, a *Grammatica Philosophica* de SB erige-se, na verdade, como *um sistema de análise lógica* dedicado à busca das correspondências que o Iluminismo, instruído por um racionalismo que não se queria quadrar com ilogismos, afirmava existir entre *o entendimento*, de um lado, e *as línguas naturais*, do outro. Desse modo, o que ocupa a maior parte do trabalho de SB é o jogo de representações ativado por essa busca de *um paralelismo intuído* como associação do *juízo*, enquanto *entendimento representado*, e a *proposição atributiva*, enquanto *representação discursiva do juízo*. O conjunto daí resultante pode ser visualizado do seguinte modo:



CONCLUSÃO

O espaço habitualmente reservado para os artigos em uma publicação obriga-nos sempre a negociar o que devemos ou queremos dizer com o que podemos fazê-lo. O resultado é que optamos, inevitavelmente, por dar uma visão unilateral da obra objeto de nossas especulações, restando saber, apenas, se a vamos focalizar deste ou daquele ângulo. No caso presente, preferi destacar o que me pareceu mais significativo na *Grammatica Philosophica* de Soares Barbosa, sem que isso representasse necessariamente o melhor que ela tem para nos oferecer. Como quer que seja, creio que pude destacar a parte doutrinária mais densa e, ao mesmo tempo, mais estimulante, pois a GP é, na verdade, uma sementeira de idéias.

Deixei, por isso mesmo, de fazer, a tempo, os reparos que me acudiam à mente no momento de resenhar as suas contribuições, e de repente me dou conta, agora, de que talvez não importe muito explicitá-los *post facto*: de que adiantaria dizer, hoje, que não se pode mais aceitar, de modo nenhum, a exdrúxula associação direta, sem distinções nem mediações, da “lógica do pensamento” com a “lógica da língua”? De fato, a mera idéia de utilizar uma língua natural — não já uma metalinguagem construída, mas uma língua natural como o Português como instrumento de análise do pensamento, mal pode ser compreendida em nossos dias. Algo análogo ocorre com a suposição de que *todas* as línguas do globo possuam nomes ou verbos, ou que sejam, mesmo, articuláveis em *palabras*, o que quer que se entenda pelo termo. Por outro lado, fica evidente que os gramáticos geralistas todos — e não só o nosso amável Soares Barbosa —,

sob o pretexto de efetuar uma análise lógica do enunciado, acabaram por se colocar fora da realidade da língua quando tentaram efetuar a redução dos verbos predicativos à condição de paráfrases manifestantes do verbo *ser*; como lembra Gustave Guillaume, tais reduções são abusivas porque

“Si l'on dit en effet: *il marche*, et non pas *il est marchant*, c'est qu'on pense logiquement: *il marche* et qu'on n'a aucune idée que le verbe serait mieux pénétré, mieux analysé logiquement, si l'on disait avec une périphrase: *il est marchant*” (Valin, 5, p. 55).

Os níveis de descrição da língua, por sua vez, estão, no modelo da gramática de SB, baralhados de modo quase inextricável — tentar extrair alguma orientação de sentido ao longo do percurso gerativo ali esboçado é quase uma temeridade. Isto não é tudo; o pior, no meu modo de ver, se contém naquela estranha perversão do entendimento que leva SB, na saga dos gramáticos generalistas, a inverter a ordem das coisas com a afirmação de que a diferença entre as línguas se resume às diferenças detectáveis na parte material dos vocábulos, na sua substância da expressão, e “não na significação das palavras”, que ele afirma “que é a mesma em todas as línguas” (Barbosa, op. cit., p. 69). O fato é que tal afirmação implícita o entendimento de duas posições igualmente insustentáveis, a primeira, que assevera a igualdade substantiva, real, de todas as culturas, reduzindo-as, *ipso facto*, a uma única “cultura universal” — postulado de um axioma inexpresso mas que fornece, já se vê, a única base de sustentação possível para a idéia de uma *gramática universal*; e, a segunda, aquela afirmação pressupõe o entendimento de que as palavras das diferentes línguas não passam de meros rótulos diferentes aplicados sobre a mesma realidade.

Mas, é preciso não ser injusto com o nosso autor. A distância de mais de século e meio da época em que ele pensou e realizou a sua obra, é igualmente fácil e injusto pinçar suas imperfeições no varejo para desacreditá-las no atacado. Mas, o fato é que a despeito de todas as imperfeições que ali se possam rastrear — e que representam, em partes dificilmente discerníveis, tanto a contribuição pessoal de SB quanto a contribuição, também generosa, da *Grammaire générale et raisonnée* de Port Royal — está fora de dúvida que a *Grammatica Philosophica* não só compendiou de modo exemplar a melhor ciência lingüística de seus dias, como elaborou, assim fazendo, o protótipo iluminista da primeira gramática gerativa da língua portuguesa. E, a esse título, ela ficará.

LOPES, E. — Un prototype de Grammaire Générative Portugaise: la Grammaire de Soares Barbosa. *Alfa*, São Paulo, 30/31:37-53, 1986/1987.

RESUME: Ce travail étudie les aspects doctrinaux de la Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa, de Jerônimo Soares Barbosa, élaborée à partir de la doctrine de la Grammaire générale et raisonnée de Port Royal, pour montrer qu'elle est le prototype d'une grammaire générative de la langue portugaise. Cette grammaire est l'expression des idées de la philosophie des Lumières dans le domaine de la science du langage. Elle s'insère ainsi dans le combat idéologique qui a lieu, à cette époque là, entre les idées absolutistes et la philosophie des Lumières. Ces positions se manifestent, au niveau des études linguistiques, par la grammaire normative, qui construit un savoir faire, et par la grammaire philosophique, qui construit, elle, un faire savoir.

UNITERMES: Grammaire philosophique; détermination historique des idées scientifiques.

NOTAS

1. Cf. a primeira frase da *Introdução*:

“A *Grammatica* (que quer dizer *Litteratura*) (...)” (Barbosa, 1, p. V).

2. Não há nenhuma dúvida de que Soares Barbosa conheceu a *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port Royal que em 1660 Claude Lancelot escreveu em colaboração com Antoine Arnaud, já que menciona os nomes de ambos esses autores na *Introdução*, ao lado de outros que seguiam a mesma escola:

“Mas felizmente aconteceu em nossos tempos, que Sanches principiasse entre os hespanhoes a sacudir o jugo da auctoridade e preocupação n'estas materias, e introduzindo na grammatica latina as luzes da philosophia, descobrisse as verdadeiras causas e razões desta lingua (...) e que, seguindo depois o seu exemplo outros grandes homens e philosophos tratassem pelo mesmo método e reformassem a grammatica das linguas vivas, pondo primeiro e estabelecendo principios geraes e razoados de linguagem, e applicando-os depois cada um à sua lingua. Este trabalho, que depois foi continuado, começaram Mr. Arnaud (sic) na lingua franceza, Wallis e Starris na ingleza, e Lancelot na hespanhola e italiana.” (Id., op. cit., p. XII.)

3. O que antes aparecera na *Carta I do Verdadeiro Método* de Verne reaparece assim na *Introdução* da gramática filosófica de SB:

“Aquelles que aspiram a estudos maiores, e para entrarem n'elles tem de aprender as linguas sabias, levam uma grande vantagem com aprender primeiro a gramatica da sua Lingua. (...) Esta theoria (= gramatical), applicada primeiro à própria Lingua, percebe-se e comprehende-se muito mais facilmente do que applicada à linguas desconhecidas. (...) Assim quem primeiro estudar a proposito a grammatica da propria Lingua, não achará difficuldade alguma na da Lingua latina;” (Id., op. cit., p. XIV).

4. Um fácil *aggiornamento* para a nomenclatura da gramática gerativista produziria as seguintes correspondências para esse fragmento:

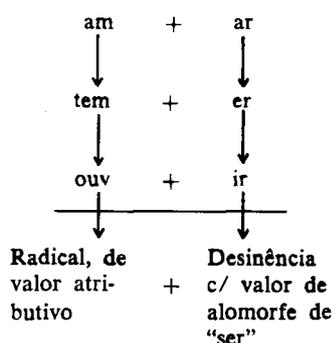
- 1) *interpretação fonética/gráfica, de nível superficial (ou de manifestação)*:

“uma (parte) *mechanica*, que considera as palavras como meros vocábulos e sons articulados, já pronunciados, já escriptos”;

- 2) *interpretação sintático-semântica, de nível profundo (= semântica) e de mediação (= sintática):*

“outra (parte) lógica, que considera as palavras, não já como vocábulos, mas como signaes artificiaes das ideas e suas relações.”

5. SB reconhece dois tipos de verbos, os *substantivos*, cujo modelo é o verbo *ser*, designando *existência*, e os *adjetivos*, que são todos os demais, podendo os verbos adjetivos, em qualquer caso, reduzir-se analiticamente a uma combinatória bimembre de *radical com valor atributivo* (onde se localizaria o *semantema*) mais a *desinência da conjugação, -ar, -er, -ir*, que funciona como forma alomórfica do verbo *ser*:



Uma vez que o radical do verbo adjetivo exprime a idéia adjetiva, isto é, a qualidade que se afirma como atributo do sujeito, fica fácil efetuar a *interpretação analítica* (= lógica, *raisonnée*) que converterá *enunciados predicativos*, contendo verbos adjetivos, em *enunciados atributivos* (seus homólogos, manifestados com o verbo *ser*), segundo o modelo:

tu amas = tu és amante
 ele temia = era temente
 eu ouvirei = serei ouvinte etc.

A conclusão é que todo enunciado predicativo não passa de uma paráfrase dotada de verbo adjetivo de uma proposição atributiva imanente, que se promove, assim, à condição de *enunciado-tipo universal (kernel sentence)*.

6. Resulta extremamente curioso lembrar que Gustave Guillaume reteve também a idéia de estudar o discurso como *um ato de representação* encenado pelo tempo do verbo:

“Dans Temps et Verbe, qui date de 1930 e marque le début de notre étude des actes de représentation, on s’est intéressé à un acte de représentation d’un haut intérêt, qui est celui de la représentation du temps. Cette représentation est déclarée, du point de vue sémiologique, par la conjugaison du verbe, qui tout simplement (...) signifie les moments sucessifs de cet acte considérable de représentation.” (Valin, 5, p. 22.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBOSA, J.S. — *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios de Grammatica Geral Applicados à Nossa Linguagem*. 5. ed. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871.
2. CHOMSKY, N. — *Lingüística Cartesiana*. Madrid, Gredos, 1969.
3. DÉSI RAT, C. & HORDE, T. — Les Écoles Normales: Une Liquidation de la Rhétorique? *Littérature*, n.º 18, 1975.
4. DUCROT, O. & TODOROV, T. — *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Paris, Seuil, 1972.
5. VALIN, R., éd. — *Principes de Linguistique Théorique de Gustave Guillaume*. Québec, Presses de l'Université Laval/Paris, Klincksieck, 1973.